

COMISSÃO DE ESTUDOS DE TESTES  
E PESQUISAS PSICOLÓGICAS

# CADERNO 8

PRONAPA

## A COMUNICAÇÃO DOS RESULTADOS DE TESTES



FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL

P/ISOP  
CETPP  
C  
8  
AB

FUNDACÃO GETÚLIO VARGAS	
DATA	NÚMERO DE CHAMADA
23.1.69	
N.º DO VOLUME	REGISTRADO POR
69/69	Sania

N O T A

Com o objetivo de melhor divulgar conhecimentos e informações a respeito da utilização dos testes e medidas no campo da psicologia e da educação, a Comissão de Estudos de Testes e Pesquisas Psicológicas (C.E.T.P.P), do Instituto de Seleção e Orientação Profissional (I. S. O. P.), programou uma série de publicações para serem distribuídas nos meios educacionais, atendendo à deficiência de material acessível aos professores, diretores, orientadores, pedagogos e psicólogos de modo geral.

Estes cadernos fazem parte de um programa que está sendo realizado pela Fundação Getúlio Vargas em cooperação com a Fundação Ford, com o propósito de promover pesquisas educacionais, criar um Centro de Testes e Pesquisas Psicológicas, aperfeiçoar pessoal especializado e proporcionar estágios de treinamento a psicólogos e orientadores interessados na pesquisa educacional.

Os temas e assuntos foram selecionados atendendo aos interesses dos profissionais que trabalham no campo da psicologia e da educação.

19037-1

AC. 16326

JD 27443



196901 69

371.26 C741 /f



1000027443

## **A COMUNICAÇÃO DOS RESULTADOS DE TESTES**

Transmitir aos pais do aluno resultados de exames psicológicos não é tarefa mecânica e fria. Implica, pelo contrário, num relacionamento entre seres humanos que procuram entender-se, com o objetivo de proporcionar a uma criança ou adolescente melhores oportunidades de desenvolvimento.

As conseqüências desse encontro irão repercutir, de um lado, na família e na relação pais e filhos; por outro lado, irão atingir a escola, representada na pessoa que comunica os resultados dos testes.

Bom senso, simpatia pelos pais e interesse legítimo pelo aluno são as qualificações pessoais que essa tarefa exige, complementadas pelo conhecimento e experiência que caracterizam a formação do orientador educacional.

### **Os testes**

A aplicação de provas psicológicas aos escolares não consitue uma finalidade em si: tem por objetivo promover medidas favoráveis ao aluno, medidas essas que irão solicitar a colaboração entre a escola e a família. Daí a importância do processo de comunicação desses resultados àqueles que são, na realidade, os responsáveis pelas decisões importantes quanto à vida do estudante.

O exame psicológico poderá tornar-se inútil, diz Alan Ross, se esse processo de comunicação falhar.

Para Leah Levinger, transmitir resultados de testes aos pais consiste principalmente em saber:

- como simplificar
- o que dizer
- o que omitir

Uma compreensão clara dos resultados dos testes é essencial para que o orientador saiba simplificá-los, traduzi-los em linguagem acessível ao leigo. Aspectos obscuros ou confusos para o próprio orientador constituirão um obstáculo ao esclarecimento dos pais. Elementos discrepantes ou contraditórios nos resultados dos exames, bem como quaisquer outros, cuja significação deixe dúvidas ou falhas na compreensão do orientador, deverão ser bem investigados e definidos, antes do encontro com os pais.

A autenticidade das informações não significa que elas devam ser transmitidas com precisão profissional, em linguagem científica, inacessível ao leigo. O uso dos termos técnicos pode trazer aos pais, em vez de esclarecimento, mais confusão e maior ansiedade. Expressões cuja utilização é corrente e banal entre profissionais podem produzir choques, quando ouvidas pelos pais. Dentre essas expressões convém ressaltar as que se referem a sentimentos hostis que os filhos possam revelar contra os progenitores, através dos testes. Apresentá-los em termos de "intensa hostilidade contra as figuras parentais" pode provocar verdadeiro pânico nos pais. Aceitarão mais tranquilamente que o filho "cheque a ficar muito zangado com eles" ou que sinta às vezes raiva do pai ou da mãe.

Da mesma maneira, os resultados de nível mental em termos de Q. I. ou de pontos de uma escala de percentis não terão muito sentido. A capacidade da



criança, se apresentada em termos de "abaixo", ou "acima" do seu grupo de idade, ou "muito além do que se espera na idade em que está" poderão conduzir a uma compreensão muito melhor das possibilidades de um aluno.

Da mesma forma, conceitos como os de "bloqueio" ou "conflito" poderão ser ouvidos e até mesmo repetidos pelos pais da criança que não progride, embora inteligente. Mas são palavras que, mesmo intelectualmente entendidas ou traduzidas, permanecem como elementos estranhos, de perturbação, na relação íntima e espontânea entre pais e filhos. Não representam noções integradas numa convivência tão estreita como a da vida familiar. As dificuldades da criança serão melhor compreendidas se os pais forem alertados para o fato de que todos nós ficamos impedidos de raciocinar quando estamos aflitos ou preocupados.

Resumindo, simplificar pressupõe eliminar termos científicos elaborados, bem como minúcias de ordem técnica, desde que essas minúcias não tenham peso na determinação de uma medida concreta de ajuda.

Por outro lado, a sinceridade com relação às informações é um aspecto primordial na comunicação aos pais. Se há um problema grave, ninguém mais que os pais têm o direito de saber dêle e de agir de acordo com o que a situação exige. Minimizar esse problema poderá, pelo menos, adiar uma solução ou as tentativas no sentido de obtê-la.

Também, os dotes positivos a serem desenvolvidos precisam ser levados ao conhecimento dos pais, não no sentido de envaidecê-los, mas de mostrar-lhes a responsabilidade que lhes cabe no estímulo e apoio dos talentos.

#### *O Aluno*

Os resultados de testes só terão valor se integrados no conhecimento que o orientador terá do próprio alu-

no, como pessoa. Não convém esquecer que os testes são apenas amostras de comportamento, obtidas em situação artificial e específica. Têm o enorme valor de permitir que o aluno seja comparado, de maneira objetiva, com grandes grupos de sua idade e situação, mas não podem ser desligados da visão global da pessoa.

Existe uma tendência para dividir a criança em partes isoladas, estanques, com um sentido de maior objetividade. No entanto, ao criar as primeiras escalas de desenvolvimento mental, já Binet dizia, há mais de 50 anos, que os testes fragmentários não conduzem ao conhecimento da totalidade, e que uma boa avaliação é a apreciação do conjunto. Assim, a coordenação motora de Paulo ou a memória de Lúcia nada significam se não forem apreciadas como elementos integrantes de Paulo, aos 8 anos, ou de Lúcia, aos 12, e só poderão ter sentido se apreciadas em função do conjunto de características de cada um deles, de seu processo individual de desenvolvimento, em seu ambiente e em sua época.

#### *A entrevista*

Alguns aspectos formais devem ser considerados, antes do exame mais minucioso da dinâmica do encontro do orientador com os pais:

1. A comunicação dos resultados de testes deve ser feita somente aos pais, na ausência do aluno. Mas, é importante que este seja informado de que os pais virão à escola para essa conversa, sabendo que o encontro visa o seu benefício, a fim de que não venha a sentir-se traído por aqueles de quem mais depende.
2. Com mais frequência, é a mãe quem comparece à escola. Há muitas vantagens no comparecimento do casal, em primeiro lugar porque a responsabilidade pela criança é conjunta, e ainda porque a presença de ambos evita



que um deles receba informações distorcidas por razões conscientes ou inconscientes.

3. Os pais deverão ser chamados para ouvir a síntese de todos os exames necessários, no momento, em cada caso. A comunicação de resultados parciais, em entrevistas sucessivas, prejudica a noção de conjunto.
4. O orientador estará disposto a ouvir os pais e a dar-lhes oportunidade de fazer perguntas dentro de um limite de tempo razoável. Se essa entrevista não fôr suficiente, ou se há dúvidas a resolver, ou se há necessidade de tempo para pensar e amadurecer resoluções, convém marcar nova entrevista, dentro de um prazo não muito dilatado.

O fato de ouvir os pais e permitir que eles se expressem não significa que o orientador se deixe controlar por eles ou permita que o conduzam a dizer somente aquilo que desejem ouvir. Atribuir-lhes um direito que é seu, como pessoas e como responsáveis por um aluno a quem se deseja dar o melhor, não significa cortejá-los ou submeter-se.

Da mesma maneira, não convém ao orientador uma atitude sofisticada e pretenciosa, de quem dita leis ou prevê, com onipotência, o futuro do aluno. Essa posição iria subtrair aos pais grande parte do potencial de promover estímulos para o desenvolvimento do filho. Nessas condições, eles poderiam tentar abdicar de seus direitos — e também de seus deveres — numa atitude falsa de entregar as decisões ao orientador, o qual só tem, de fato, pelo estudante, uma responsabilidade limitada no tempo e no espaço.

A relação do orientador com os pais não presume dependência ou submissão de qualquer das partes, sob pena de provocar resultados desfavoráveis cuja vítima seria exatamente a criança que todos se propõem a beneficiar.

Para comunicar resultados de testes e sugerir medidas em favor do aluno, o orientador precisa conhecer a realidade da situação de cada família em particular, e manter íntegro o respeito pelas suas convicções e maneira de ser.

Qualquer comentário que atinja, por exemplo, crenças religiosas ou posições políticas poderá ser sentido como um ataque, trazendo o risco de colocar o orientador como um adversário, em vez de um aliado.

Sugestões discordantes da situação econômica da família também poderão ser humilhantes e ter um caráter grotesco.

As sugestões colhidas dos próprios pais, retificadas e esclarecidas pelo orientador, são as que terão maior probabilidade de serem postas em prática.

Se o orientador se firma apenas no seu parecer, nas suas opiniões, nas medidas que propõe, estará de certa forma imobilizando os pais para uma ação que, em última análise, só a eles compete.

#### Os pais

O fato de virem receber informações sobre provas psicológicas de seus filhos coloca os pais numa situação de tensão, de expectativa ansiosa. Essas informações significam, para eles, o conhecimento de aspectos de seu filho a que antes não tiveram acesso. Podem mesmo viver esse momento como a descoberta de aspectos de si próprios, até então desconhecidos.

Se por um lado vêm pedir esclarecimento e ajuda, poderão sentir-se diminuídos, em seu papel de pais, por necessitarem de um e de outro, por se defrontarem com alguém que supõem conhecer seu filho melhor que eles próprios.

Tudo isso pode conduzir a uma colaboração aparente e muito simpática, até mesmo a uma posição de dependência, externamente, mas contrabalançada por



um sentimento íntimo de desafio, de desejo de desmentir tudo o que foi revelado nos testes, de mostrar a si próprios que ninguém, melhor do que eles, sabe quem é seu filho, como reage e de que necessita.

O orientador deverá preparar-se para comunicar as informações de que dispõe a pessoas que poderão apresentar reações variáveis, de acordo com sua maneira de ser. Terá de compreender a situação de ansiedade dessas pessoas, sabendo que, de seu relacionamento com elas, nesse momento particular, vai depender, até certo ponto, a utilização de suas possibilidades de agir em benefício do aluno.

A capacidade de imaginar como se sentiria, se estivesse na situação daqueles pais, irá habilitar o orientador a expressar-se da maneira mais adequada para conseguir ser, por sua vez, compreendido e aceito.

Para exemplificar:

O orientador poderá ter a missão desagradável de comunicar aos pais de "Manoel" que o menino, além de não conseguir rendimento satisfatório na escola, revelou nos testes um atraso considerável em seu desenvolvimento intelectual. Se puder compreender e sentir um pouco da mágoa, da decepção que essa notícia trará aos pais de "Manoel", sua maneira de transmitir essa informação irá refletir uma simpatia que tornará a situação menos dolorosa e concorrer para que os pais de "Manoel" possam ajudá-lo melhor.

#### *Limites da identificação com os pais*

Imaginar-se na posição dos pais não significa, para o orientador, abandonar sua própria posição e deixar-se envolver na ansiedade deles. A perda de sua própria identidade profissional é tão perigosa quanto a incapacidade de sintonizar com os pais. A identificação sob controle é que permite entender os sentimentos dos

outros, conservando a lucidez necessária para ajudá-los. Num caso semelhante ao de Manoel, por exemplo, o envolvimento além dos limites poderá conduzir a uma exaltação demasiada dos aspectos positivos da criança, procurando dar um consôlo baseado numa ilusão:

Os resultados dos testes de "Luís", aos 9 anos, evidenciam um atraso no seu desenvolvimento. Seus pais precisam saber dêsse atraso, e também das suas qualidades positivas, como a capacidade para música. Se o orientador, por demais comovido com a decepção dos pais de Luís, para ajudá-los a aceitar o retardo, procurasse mostrar-lhe que o menino é um gênio musical, iria levá-los a uma nova situação de desaponto, quando a realidade demonstrasse que Luís nunca chegaria a ser uma celebridade.

A distância que o orientador precisa manter, através do contrôlo do processo de identificação, é que vai auxiliá-lo a ver e a mostrar aspectos positivos, quando os pais, amargurados porque o filho não lhes dá satisfação, chegam a julgar que êle nada tem de aproveitável:

Era extremamente difícil a relação entre "Dora", de 14 anos, e sua mãe. Esta definia a filha como "uma menina que nada tem de bom". Identificando-se, em parte, com a mãe, a orientadora pôde compreender seu desgosto com uma filha em constante atitude de oposição. Mas precisou colocar-se à distância para comunicar à Mãe a inteligência excepcional de Dora e seu talento para artes plásticas, revelados nos testes e trabalhos escolares.

Existe perigo mais sério, que é o orientador que pretende ser um "melhor pai" ou "mãe" para o aluno; ou que pelo contrário, tenta transformar os pais em "orientadores" dos filhos, procurando conduzi-los à intelectualização, através de cursos e leituras, ignorando laços afetivos profundos e indispensáveis.



O relacionamento adequado pressupõe que o orientador, capaz de compreender os pais, possa através dêles conhecer melhor o aluno; e que os pais, sentindo-se entendidos e aceitos pelo orientador, possam enriquecer o conhecimento que têm do filho e de si próprios, na relação com êle.

#### *Níveis de expectativa*

O trabalho, já citado, de Leah Levinger, chama a atenção para as possíveis diferenças entre o que os pais esperam dos filhos e o que êstes, realmente, podem dar, em função de seu potencial e de seu ritmo de crescimento. Uma criança cuja capacidade é normal poderá trazer decepções para os pais que esperam dela uma inteligência e um rendimento muito acima da média. Será função do orientador, através dos dados que possui e que comunica a família, procurar com habilidade mudar o ângulo de visão dessa família, em relação à criança:

“Júlia”, aos 7 anos, revelou nos testes um nível coerente com o esperado para sua idade e fazia progressos razoáveis na escola. Seu pai, um profissional de destaque, ficou desapontado em saber que sua filha era uma criança como as outras. Precisou de seguro apoio para convencer-se de que Júlia poderia fazer normalmente o curso secundário.

Situação semelhante foi observada com um rapaz mais velho:

“Nelson”, aos 18 anos, foi reprovado num exame vestibular, para uma escola de nível exigente. Sua mãe passou a suspeitar de que Nelson fôsse retardado. Nos exames a que foi submetido, Nelson revelou inteligência normal, com resultados sensivelmente melhores em tarefas concretas, distanciando-se de seus pais — ambos intelectuais —

e do que esperavam dele. Os resultados dos exames tranquilizaram, até certo ponto, a família, que conseguiu aceitar que Nelson se enquadrasse no grupo da maioria.

Outras vezes é exatamente a limitação dos pais que os leva ao desejo de que os filhos consigam o que eles não puderam alcançar:

“João”, aos 14 anos, era pressionado para ingressar no curso ginasial, por sua mãe, que nem sequer terminara o primário. A inteligência de João era limítrofe, permitindo-lhe fazer o que desejava: ser técnico de rádio. Esclarecida, a mãe permitiu que ele se dedicasse à aprendizagem que desejava.

O orientador, pertencendo ao grupo cultural mais elevado, poderá funcionar tal como os pais que se esquecem das condições da maioria da população, envolvendo-se nas aspirações em desacôrdo com a capacidade do aluno. Seu justo papel, no entanto, será o de manter uma posição realista e conduzir os pais nesse sentido.

Nem sempre a decepção provém de uma capacidade inferior à esperada, na criança. Pode surgir também em consequência de um nível superior, que se torna irritante para os adultos. Isso acontece, sobretudo, quando a inteligência superior não se reflete em notas escolares excelentes: um rendimento normal, ou fraco, nessas condições, pode ser sentido como se a criança “roubasse” aos pais a glória que o sucesso escolar lhes traria.

Nesses casos, a comunicação dos resultados de testes tem de ser muito hábil, para evitar que esses resultados sejam usados pelos pais com o objetivo de agredir ou punir o filho. Tratando-se de criança intelectualmente bem dotada, há, em geral, uma expecta-



tiva de progresso escolar precôce e brilhante, numa relação direta com a capacidade revelada nos testes de nível mental. Outras condições, porém, têm de ser consideradas. Nem sempre o desenvolvimento emocional apresenta o mesmo ritmo acelerado e há inúmeras circunstâncias que podem trazer dificuldades para que uma criança mesmo inteligente, consiga enfrentar responsabilidade e disciplina, mesmo suaves, que a vida escolar implica.

#### *Culpa e responsabilidade*

Tentando proteger a criança, identificando-se às vezes com ela, o orientador está sujeito a conduzir os pais a assumir toda a culpa das dificuldades dos filhos. Quando imbuídos dessa culpa arrasadora, os pais se sentem incapacitados para sua tarefa essencial. Há uma grande distância entre esse tipo de culpa e o reconhecimento de erros, muitas vezes cometidos através de tentativas ansiosas de acertar. É esta última atitude que leva a uma revisão, no sentido de progresso, e para o qual a própria entrevista com o orientador já constitui um passo. Uma posição acusatória do orientador só pode diminuir as energias empenhadas no sentido construtivo. Compete-lhe constatar o esforço nesse sentido e estimular o crescimento de uma responsabilidade que vêm da noção de participação dos pais, na vida do filho, como um todo.

Quando a escola, por seu lado, assume uma parcela de responsabilidade e revê determinações anteriores que reconhece inadequadas, dá uma demonstração concreta que irá reforçar nos pais a coragem de tentar, também, corrigir situações defeituosas.

#### *Idéias preconcebidas*

O elemento objetivo contido nos resultados dos testes poderá servir de ponto de apoio ao orientador

para trabalhar junto aos pais, desfazendo uma série de preconceitos e até de superstições. Certas idéias preconcebidas poderão contribuir para reforçar atitudes inadequadas e manter desesperanças. Assim, o bom nível e bom ajustamento de uma criança, constatado nos testes e comunicado aos pais poderá afastar a idéia de que o nascimento de um novo irmão teria sido, para essa criança, uma tragédia. Informações do orientador poderão esclarecer que a criança não está atingida por "taras" hereditárias de que os pais se julgam portadores

Esses dados objetivos podem ainda mostrar as limitações ao trabalho da escola, estabelecidas pelo potencial de cada aluno: quando os pais idealizam a escola como perfeita, chegam a supor que, por processos mágicos, seu filho vai ser transformado ali numa criança genial.

Essa idealização, por ser gratificadora para a escola, é perigosa pelo risco de envolver o orientador. Este terá mais segurança se puder mostrar que o melhor esforço do trabalho de educação encontra limites nas condições pessoais do aluno, expressas, até certo ponto, nos resultados dos testes.

#### *Pais em conflito*

A escola e orientador poderão ser atingidos pelo conflito entre os pais de um aluno, estejam esses pais separados ou ainda vivendo juntos. São freqüentes, nesses casos, as tentativas de utilizar a criança como instrumento, numa luta entre adultos, o que não exclui a estima destes por ela. Como extensão dessas tentativas, podem surgir as do envolvimento do orientador, através da discussão de problemas que afetam o aluno. Seja qual for o papel que se lhe procure atribuir, de juiz no conflito ou de advogado de uma das partes, evitar esse envolvimento será a posição adequada.



Os seguintes exemplos podem ser ilustrativos:

"Pedro", de 5 anos, está razoavelmente adaptado no jardim da infância. Não concordando com a perspectiva de mudança para outra cidade, em função do trabalho do pai, a mãe procurou a orientadora, argumentando com as dificuldades que teria Pedro de adaptar-se a uma outra escola. Julga o filho vulnerável, incapaz de ajustar-se a um novo ambiente. Observado e examinado, Pedro se revelou uma criança normal, apenas atingido pela ansiedade da mãe, no momento. A essa mãe, a escola pôde ajudar, mostrando que o menino se adaptaria à mudança prevista desde que a transferência da família se realizasse num clima de tranquilidade.

"José", de 8 anos, é filho de mãe funcionária de escritório e de pai operário, de instrução primária. A mãe reage à convivência de José com a família paterna, cujos padrões desaprova, e vê problemas de ajustamento e de rendimento escolar, como consequência desse convívio. A escola, de posse de observações e exames de José, mostrou à mãe que este continua um ótimo aluno, com boas possibilidades, inclusive a de proteger-se contra as influências variadas que terá de enfrentar no decorrer de sua vida. Essas informações foram transmitidas num clima de compreensão do desejo da mãe de proporcionar a José as melhores condições de desenvolvimento.

#### *Sigilo profissional*

Para que se estabeleça uma base de confiança entre o orientador e os pais, estes devem estar seguros de que as informações que lhe são transmitidas, sobre seu filho, bem como o conteúdo de toda a entrevista, serão preservados e somente utilizados pelos que têm responsabilidade imediata pela criança.

São comuns indagações dos pais sôbre outras crianças, amigos dos filhos, colegas de escola ou filhos de pessoas de suas relações. A pergunta nem sempre tem um objetivo indiscreto: na maioria das vêzes, visa à comparação de seus próprios filhos com os colegas. O fato de que o orientador não ceda a êsse tipo de solicitação só poderá contribuir para reforçar a confiança nêle. Os pais ficarão cientes de que o conhecimento mais íntimo de seu filho é privativo dos que irão usá-lo apenas em seu benefício.



N.Cham. P/ISOP CETPP C 8  
Título: A Comunicação dos resultados de testes.



FGV - BMHS AB

00027443  
16326

Nº Pat.:69/69

18 MAI 70

PRONAPA

Editado pela Fundação Getúlio Vargas  
Praia de Botafogo, 186 — ZC-02 — RIO — GB }

Composto e Impresso pela Cia. Editora Americana  
Rua Visc. Maranguape, 15 — Lapa RJ — GB.